

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO. O CASO DO OESTE PAULISTA*

José Roberto Nunes de Azevedo¹
Antonio Thomaz Júnior²
Ana Maria Soares de Oliveira³

Resumo

O objetivo deste texto é destacar o processo de territorialização do capital agroindustrial sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista, destacando nesse contexto o papel do Proálcool na consubstanciação das unidades produtivas na referida área de estudo.

Palavras-Chaves: Capital, trabalho, agroindústria, cana-de-açúcar, proálcool.

Abstract

The purpose of this text is to highlight the process of territorial capital agroindustrial sucroalcooleiro in Pontal do Paranapanema in High Paulista, highlighting in this context the role of the Proálcool in consubstanciação of production units in that area of study.

Key words: capital, labor, agribusiness, sugar cane, proálcool.

Introdução

O texto que apresentamos para discussão tem como preocupação apontar alguns aspectos referentes a territorialização da cana-de-açúcar e das respectivas agroindústrias canavieiras no Oeste Paulista. Neste sentido, pretendemos destacar o papel do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) para a região enfocada, bem como a forma em que se deu a organização do capital canavieiro e, por fim, chamar a atenção para o agronegócio, como mais nova faceta do capital no processo de produção de mercadorias.

Para executarmos nossa investigação, lançamos mão de várias fontes de informação, entre as quais: levantamento bibliográfico; realização de trabalhos de campo, levantamento de informações secundárias junto a CATI, IEA/SAA, UDOP, UNICA, prefeituras dos municípios da região, sindicatos, *sites*, entrevistas junto aos trabalhadores, dirigentes sindicais e representantes das empresas visitadas, etc., o que têm nos possibilitado construir um referencial sobre a problemática posta.

Nesse sentido, buscamos nos amparar num leque expressivo de agroindústrias, implantadas após a instalação do Proálcool e que representam casos específicos do conjunto setorial em apreço. Realizamos vários trabalhos de campo, por meio dos quais tivemos a oportunidade de visitar 12 unidades produtivas, de um total de 15 territorializadas na área de estudo⁴, bem como de entrevistar os trabalhadores e representantes dessas empresas.

* Este texto é uma síntese do Relatório Final do Projeto de Pesquisa de Monografia de Bacharelado, realizado para obtenção do título de bacharel, junto à FCT/UNESP/Presidente Prudente, defendido em novembro de 2005 com o título "Configuração Metabólica do Agronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista", sob a orientação dos professores Antonio Thomaz Júnior e Ana Maria Soares de Oliveira.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); bolsista CAPES. *Email: azevedo@geogeo@hotmail.com*

² Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Presidente Prudente; pesquisador PQ/CNPq; coordenador do CEGeT e do CEMOSi; Autor dos livros: *Por trás do canaviais os nós da cana*. São Paulo: Annblume/Fapesp, 2002; e *Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 90*. Santiago de Compostela: Editorial Centelha, 2005; Editor das Revistas *Pegada (CEGeT)*, e *Terra Livre (AGB/Nacional)*. *Email: thomazjrgeo@fct.unesp.br*

³ Professora da Rede Pública de Ensino do estado de São Paulo; doutoranda do Programa Pós-graduação em Geografia/FCT/Unesp, sob orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; bolsista Fapesp; membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

E-mail: anasoaresms@gmail.com

⁴ Cabe destacar que essas informações se referem a levantamento efetuado até 2005. Atualmente a realidade já é outra, tendo em vista as constantes transformações no que tange à incorporação/participação de grupos econômicos e/ou constituição de novas agroindústrias canavieiras a partir de então.

Assim, o estudo do avanço do capital sucroalcooleiro no Oeste Paulista é fundamental para apreendermos a dinâmica produtiva deste setor inserido no mundo do agronegócio, cujos rebatimentos se fazem sentir no âmbito do trabalho e impactam agressivamente a sociedade, uma vez que, altera as relações entre campo e a cidade, traz novas demandas sociais e econômicas para os municípios atingidos e modificam a paisagem natural local.

De antemão, é preciso destacar que o Oeste Paulista foi palco de investimentos do setor sucroalcooleiro principalmente na década de 1980, ocasião em que assistimos a aplicação de políticas específicas visando a territorialização do capital canavieiro, a nível nacional, durante a vigência do Proálcool. É importante destacar que na escala regional foi circunstancial a participação do PRO-OESTE, que tinha por objetivo deslocar os recursos da CENAL para o Oeste Paulista, tendo em vista a promoção do equilíbrio econômico regional.

Vale ressaltar também que até a década de 1990, o processo intervencionista do Estado no setor teve como fundamento principal preservar o equilíbrio entre produção e consumo de açúcar, utilizando para isso os planos de safra e a política de preço e crédito. A partir do processo de desregulamentação a opção adotada visava a saída do Estado desta esfera, deixando o terreno livre para o mercado, sob a onda neoliberal⁵.

Conforme Bray; Ferreira; Ruas (2000), a questão da ampliação das áreas canavieiras tradicionais do Estado de São Paulo como também o surgimento de novas áreas no Oeste Paulista, envolveram políticas agrícolas e agroindustriais do IAA⁶, PROÁLCOOL e PRO-OESTE através do Programa de Expansão da Canavieira para produção de combustível do estado de São Paulo (PROCANA).

Atualmente, observa-se um novo plano (ousado) de avanço do capital canavieiro na referida área. Desta feita, já com experiências anteriores de fracassos, fato esse que parece não assustar o poder público e as entidades de representação do capital, afinal, são estas as maiores beneficiadas neste jogo de poder.

Segundo estimativas apresentadas pela UNICA⁷, o setor sucroalcooleiro vive um momento decisivo, no qual precisa investir para atender à demanda futura, principalmente de álcool combustível, que tem atraído a atenção de diferentes agentes em função da alta do petróleo e da necessidade de reduzir as emissões de gases poluentes. Neste contexto, já foram anunciados 51 novos projetos, sendo 41 em fase de execução, tendo em vista a oferta de 70 milhões de toneladas de cana-de-açúcar até 2010. É neste contexto que se coloca a expectativa por parte das entidades de representação do capital de que até 2013 o número de usinas no Oeste Paulista seja de aproximadamente 100 agroindústrias e que a área plantada com a gramínea atinja 31% do total de terras cultivadas!

Neste aspecto, faz-se necessário apontar para a participação do Estado, o qual segundo Thomaz Jr. (2002), tem a intenção deliberada de não admitir a existência da luta de classes no campo, atuando na direção de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho.

Vejamos inicialmente, o papel e as ações do Estado mediante as políticas do Proálcool.

O Papel do Proálcool no Processo de Desenvolvimento da Atividade Canavieira no Oeste Paulista

Parece-nos fundamental esclarecer alguns pontos a cerca da sua consubstanciação, o qual pode ser considerado como um divisor de águas na política nacional, principalmente no que concerne aos aspectos econômicos e seus desdobramentos para esfera social, a partir da transferência de renda do setor público para o privado, em benefício do empresariado agroindustrial.

O PROÁLCOOL é um Programa estatal criado em novembro de 1975 através do Decreto 76.595 pelo então Presidente da República general Ernesto Geisel, com o aparente e estratégico objetivo de incentivar a produção do álcool, visando alternativas para enfrentar a crise do petróleo, haja vista que, em 1973, os países membros da Organização dos países exportadores de petróleo (OPEP) elevaram abruptamente o preço do barril do petróleo, causando deste modo, um abalo inexorável na economia de todos aqueles países importadores de petróleo, entre os quais o Brasil.

De acordo com Ruas,

Apesar da justificativa do aumento do preço do petróleo, a criação do PROÁLCOOL se deu principalmente pela pressão exercida pelas indústrias de equipamentos para usinas e destilarias (Dedini e Zanini), que estavam sem encomendas, e das próprias usinas que tinham expandido e modernizado seu parque industrial [...]. (1996, p.98).

⁵Sobre o processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro, ver Moraes (2000).

⁶Instituto do Açúcar e do Alcool.

⁷Informação UNICA, vários números.

Assim, os altos preços do petróleo, decorrentes da política de preços dos países exportadores do produto e o endividamento externo crescente do Brasil passaram a ter importância fundamental na definição da política energética a ser adotada, fazendo surgir o interesse pela produção de álcool tanto por parte do governo, como dos usineiros. Desse modo, a situação conjunta destes dois mercados – o de açúcar e o do petróleo – acabou determinando a política nacional do álcool combustível, através da ação do Estado que alavancou e consolidou toda uma trajetória histórica de manutenção de privilégios para o seguimento do capital, destacando a sua implementação como solução para a crise do açúcar no mercado mundial e como um programa de alternativa energética.

Segundo Bray (2000), o Proálcool pode ser dividido em três fases: a primeira compreendendo o período de 1975/1979, ou seja, da criação do Proálcool até o denominado "segundo choque do petróleo". Nessa fase a Comissão Nacional do Álcool (CENAL) aprovou o enquadramento de 136 projetos de destilarias anexas e de 73 projetos de destilarias autônomas; a segunda fase abrangeu o período de 1980/85, nesta o Proálcool assumiu a postura de um programa que ia além de uma mera alternativa energética, pois se buscava por meio de medidas concentradoras, estímulo para a grande produção e, desse modo, incentivar a aprovação de projetos de grandes unidades em detrimento das pequenas (mini-destilarias com capacidade de 5000 litros/dia); e a terceira fase, que se iniciou a partir de 1986, quando o governo federal suspendeu os financiamentos e subsídios para as novas destilarias do Proálcool e as empresas passaram a operar de acordo com as condições existentes.

É importante sinalizar que um dos efeitos mais diretos da instituição do Proálcool foi o aumento da produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, dos seus derivados no Brasil.

Sendo extremamente lucrativo ao capital agroindustrial, o Proálcool atendeu a todos os anseios e necessidades conjunturais do setor sucroalcooleiro, a exemplo de seis destilarias autônomas que este patrocinou na Alta Sorocabana; a saber: Destilaria Alcídia (1974) em Teodoro Sampaio; Destilaria Dalva (1979) em Santo Anastácio; Destilaria Decasa (1980) em Caiuá; Destilaria Laranja Doce (1981) em Regente Feijó; Destilaria Alta Floresta (1982) em Caiabú e Destilaria Bela Vista (1982) em Narandiba.

No caso do Pontal do Paranapanema foram os proprietários privados da terra que passaram a desenvolver a "nova" atividade agroindustrial na região, ou seja, foi a entrada dos proprietários rurais no Programa Nacional do Álcool, que permitiu a expansão do modo tipicamente capitalista de produção na agricultura (MONTEIRO, 1992, p. 25).

No tocante aos resultados que conduziram a desativação do Proálcool para o setor/sociedade, conforme Nascimento (2001), a partir de meados dos anos 1980, podemos destacar alguns pontos, a saber: a) Endividamento de um conjunto significativo de empresas junto ao Banco do Brasil; b) Acúmulo de uma dívida existente na Petrobrás (CONTÁLCOOL); c) Avanço tecnológico acentuado na média das unidades produtivas do setor, resultando, pois, na diminuição da quantidade de empregos gerados até a década de 1980, em sua maioria de trabalhadores com baixo grau de qualificação profissional, ampliando o número de excluídos da sociedade brasileira; d) Aumento dos problemas econômicos para os produtores rurais independentes, fornecedores de matéria-prima para as usinas e destilarias, os quais também se tornaram, vítimas do processo de crise do Proálcool, ao mesmo tempo, que se observa a reversão do processo de movimentação de capitais, gerando no âmbito do setor sucroalcooleiro um novo processo de concentração e de centralização de capitais.

Com relação à crise e término do Proálcool, Nascimento (2001) ressalta ainda que:

(...) acabou por criar uma situação quase inversa, fazendo com que o setor sucroalcooleiro voltasse, no decorrer dos anos da década de 1990, a ampliar seu grau de dependência ao mercado internacional do açúcar e, o país como um todo, a manter-se atrelado a uma matriz energética semelhante a dos outros países, sofrendo, por isto, as constantes flutuações presentes no mercado internacional, particularmente no que diz respeito ao petróleo⁸.

Durante o período de vigência do Proálcool, sobretudo no auge do Programa, o Estado teve papel fundamental, haja vista a expressiva transferência de renda para este setor privado. Isto, somado a renda originária da terra contribui sobremaneira para o acirramento do processo de concentração e centralização de capitais no âmbito do setor sucroalcooleiro.

Na década de 1990, com o processo de desregulamentação e o rompimento com a intervenção direta do Estado, já incapaz de articular os interesses dos grupos mais importantes e de transferir renda social para as empresas privadas, o processo de concentração e de centralização continuou seu movimento, pois as bases já tinham sido lançadas.

Vê-se, pois, que este programa foi claramente criado para atender os interesses da classe

⁸Dissertação sem número de páginas.

dominante, atuando, portanto, como fio condutor de poder na relação capital-estado.

A Organização do Capital Canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista

Ao nos colocarmos diante do desafio de compreender as singularidades que caracterizaram o desenvolvimento do Proálcool no Pontal do Paranapanema e na Alta Paulista, a partir de sua materialização em unidades produtoras de álcool carburante, sentimos a necessidade de (re)pensar as ações empreendidas pelo capital e pelo Estado para a efetivação de seus objetivos, consorciados ao empreendimento empresarial objeto de nossa investigação.

É neste contexto recheado de questões políticas, econômicas e sociais, sobretudo, que, vislumbramos as estratégias efetivadas pelo Estado para tornar a "Alta Sorocabana" uma área por excelência em termos da expansão do capital privado. Ou seja, o intento de configurar a organização do espaço agrário, mediante o direcionamento de investimentos, visa resolver os problemas que afetam a região, particularmente, no tocante a regularização das grandes extensões de terras devolutas, uma vez que se trata de "uma região em busca de sua vocação" (LEITE, 1981).

Conforme nos aponta Antonio (1992, p.73):

A incorporação dessa região vai se concretizar com a questão do Estado, a partir de 1964, no sentido de criar determinada infra-estrutura para produção e reprodução do espaço necessário a expansão do capital", visto que "o setor privado estava receoso e apreensivo em investir nessa região, pois a mesma apresentava-se com constantes conflitos de terras, originados nas formas como essas terras públicas foram indevidamente apropriadas por latifundiários.

Cria-se, pois, uma contundente política de modernização tecnológica, a qual está associada ao panorama estabelecido na região de Presidente Prudente que daria consistência ao projeto de instalação das unidades produtivas.

Antonio (1992), aponta ainda que a primeira ação estatal foi a aplicação de investimentos públicos com a implantação de novas rodovias e asfaltamento das rodovias vicinais; construção de 3 usinas hidrelétricas e, os subsídios concedidos pelo Proálcool para implantação das destilarias Alcídia (Teodoro Sampaio), Dalva (Santo Anastácio) e Decasa (Presidente Venceslau), as quais configuraram-se como as primeiras unidades produtivas a serem projetadas.

As manobras arquitetadas pelo Estado naquele contexto tinham uma meta estratégica, que era a efetivação de fomento às exportações brasileiras, sob a alegação de promover o desenvolvimento do país.

Segundo Ruas (1996, p.99),

A dispersão de unidades industriais produtoras de álcool (destilarias autônomas) no Estado de São Paulo pode ser considerada como ponto positivo do PROÁLCOOL, tendo, inclusive, ocorrido a entrada de novos grupos empresariais no setor, mas com altos custos sociais, pois estas indústrias foram implantadas com altos subsídios governamentais.

Portanto, no caso do Pontal do Paranapanema, a conformação da agroindústria canavieira tem sua explicação no fato de que havia, no período enfocado, um jogo de relações políticas que entrelaçavam interesses que se configuravam a partir da elaboração de grandes projetos, os quais apontavam ramificações que lhe dariam suporte em áreas anteriormente insignificantes, do ponto de vista da produção de matéria-prima direcionada para produção de álcool.

Foi, portanto, nesta perspectiva que o Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo (Pró-Oeste) foi pensado. Este daria suporte ao Programa de Expansão da Canavieira para produção de combustíveis do Estado de São Paulo (PROCANA).

Segundo Bray, Ferreira e Ruas (2000), com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo, a Secretária da Agricultura buscava aproveitar a infra-estrutura existente, sem necessidade de investimentos públicos adicionais para sua consecução; inverter o fluxo migratório, em face da criação de empregos diretos e indiretos necessários à consolidação do programa; interiorizar o desenvolvimento via fortalecimento das economias regionais; preservar e ampliar a oferta de alimentos, bem como manter a expressiva participação do setor agropecuário paulista na pauta da exportação.

Os autores referidos acima destacam ainda que a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo pretendia promover a distribuição de destilarias nas diversas regiões do Estado de São Paulo,

especialmente na região de Presidente Prudente, visando compor um universo de 29 unidades produtoras, no entanto esse projeto não se efetivou.

Nesse contexto foram instaladas no Pontal do Paranapanema as seguintes unidades produtivas: Alcídia (Teodoro Sampaio); Alta Floresta (Caiabú); Bela Vista (Narandiba); Dalva (Santo Anastácio); Decasa (Caiuá); Laranja Doce (Regente Feijó), Zero Onze (Iepê). Enquanto na Alta Paulista foram implantadas seis unidades, a saber: Adalcool (Adamantina); Baisa (Tupã); Centralcool (Lucélia); Dacal (Parapuã); Floralco (Flórida Paulista); Vale Verde (Junqueirópolis).

É preciso ter cautela no tocante a territorialidade da produção ao considerarmos sua materialidade, tendo em vista que o plantio da cana-de-açúcar se configura diferencialmente em manchas descontínuas territorialmente e desvinculado dos limites municipais, uma vez que a ação do empreendimento capitalista se pauta pelo sentido dado pela expansão ordenada do capital pelo território. Ou seja:

A gestão do capital sobre o território pode ser vista, então, como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção, que se reconhece enquanto tal e não nos limites municipais. (Thomaz Jr., 1998, p.5.).

Queremos ressaltar com isto que a área de abrangência dos empreendimentos não correspondem, necessariamente, àquela referente ao município em que se territorializa, pois nem sempre correspondem a expectativa e necessidade do capital, isto é, as possibilidades de expansão com vistas à acumulação de capitais.

Segundo Oliveira (2003), é dessa forma que o Brasil do campo moderno vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.

O Agronegócio Canavieiro em Questão

As transformações de grande vulto que têm ocorrido no campo brasileiro estão repercutindo diretamente, tanto na estrutura produtiva como nas relações de trabalho. Os rebatimentos das alterações instituídas no processo produtivo materializam-se, pois, na exploração do território pelo capital a partir de relações de dominação e controle sobre o trabalho, que ao mesmo tempo em que determinam os níveis de sua reprodução ampliada, também referenciam a reação dos trabalhadores. Como observa Thomaz Jr. (2007a):

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel (mistura de gordura vegetal ou animal ao álcool etílico ou metílico), nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco das classes dominantes, as quais demonstram com todas as letras a amplitude e o jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema.

Em particular, na região em estudo, e de forma marcante no Pontal do Paranapanema, conforma-se um desenho particular de controle social, de um lado, calcado na aliança entre burguesia agroindustrial e os "proprietários" de terra (latifúndio grilado e terras improdutivas), com base nos expedientes regressivos da legitimação das terras devolutas e, de outro lado, os trabalhadores e os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária⁹.

Neste contexto, é importante considerar que o agronegócio canavieiro tem-se caracterizado como um dos mais perversos meios de territorialização do capital no campo, evidenciando a construção de uma marca político-estratégica que garante sua hegemonia, uma vez que reflete a imposição do pensamento único e o entendimento do mundo sem contradições.

A exaltação do agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico e social, no Brasil, no estado de São Paulo e, em particular, no Oeste Paulista, colabora para a cooptação da população em geral aos desígnios do capital agroindustrial. Haja vista o bombardeio de informações transmitidas pela mídia, que apresenta resultados "positivos" desta moderna forma de produzir, revelando uma realidade aparente e, portanto, incapaz de reproduzir na sua totalidade os rebatimentos da expansão do capital.

É preciso atentar para o conceito de agronegócio, pois a sua construção está circunscrita à

⁹ Este assunto está detalhado em Thomaz Jr., 2007a.

lógica do capital, que busca incessantemente garantir as condições de produção convenientes para sua necessidade ampliada de acumulação, apelando para a exploração do trabalho como chancela para sua apropriação e controle do território.

É preciso atentar também para a teia de relações de dominação política, que tem como elo de sustentação o Estado e, como principais sujeitos sociais envolvidos e prejudicados os trabalhadores, os quais são utilizados enquanto mão-de-obra barata para o capital.

Sendo assim, podemos entender o agronegócio como o atual meio de mistificação do capital, o qual faz alusão a um processo de dominação historicamente constituído e que no atual momento se reveste de modernidade para expressar velhos personagens.

Segundo Oliveira (2003), a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio está ligada ao seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado, sendo que é respondendo a essa lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Portanto, "o agronegócio e suas commodities são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial" (p.120).

A ideologia do agronegócio pode ser percebida no contexto do tripé: terra /capital/ trabalho, sendo este a chave dessa forma moderna de territorialização do capital. Desse modo, a terra é o estrato que comporta a produção; o capital, o agente impulsionador da investida na produção e, o trabalho, o responsável direto pela produção de mercadorias.

Mas é importante atentarmos para o processo de concentração, através de fusões e participações no controle acionário, intensifica-se na virada do milênio. É o caso de destacarmos o Grupo Cosan, o maior do país, com 17 empresas e o correspondente a 10% do total da cana moída. Da mesma forma que, nos últimos meses, está em processo uma mega-fusão, dessa vez envolvendo a *trading* Crystalsev, que comercializa açúcar e álcool, no exterior, e as oito empresas que a controlam. (THOMAZ JR., 2007a).

Nessa trama faz-se necessário destacar o embate capital x trabalho, que reflete a luta de classes existente na sociedade, expressa constantemente por meio dos conflitos na seara canavieira, e que tem demonstrado uma luta sem precedentes entre os empresários e os trabalhadores, cujo foco central são as condições de trabalho, o (des)cumprimento das leis trabalhistas e os ganhos salariais¹⁰.

O Estado tem se revelado um grande defensor do agronegócio como modelo de desenvolvimento agropecuário, legitimando esse discurso, que vem ganhando força, sobretudo na última década quando se assiste a um verdadeiro boom da produção sucroalcooleira. A título de exemplo, cabe destacar o expressivo aumento das exportações de álcool pelo Brasil, que saltou de 343 milhões de litros em 2001 para 3,42 bilhões de litros em 2006.

Nos últimos anos, com a criação e venda dos automóveis bicompostíveis houve um estímulo à retomada do Proálcool, e mais uma vez, o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. As iniciativas do governo federal na última década têm contribuído sobremaneira para o aumento da produção e do consumo de álcool combustível no Brasil.

O Estado está apostando todas as fichas no processo de expansão e de consolidação do agronegócio canavieiro enquanto "modelo de desenvolvimento econômico e social" para o país. Neste sentido, o governo Lula tem defendido o projeto bioenergético nacional e internacionalmente e, além de apoiar estabelece alianças com os empresários canavieiros.

Para os empresários do setor esta aliança é fundamental, pois o Estado está criando condições para a expansão do negócio territorial e mercadologicamente, com a conquista de novos mercados e atribuição do etanol à categoria de *commodities*. Para o Governo Lula cria-se a possibilidade de aumentar a "projeção" do Brasil frente aos demais países, sobretudo Estados Unidos, União Européia e países da América do Sul, bem como de reconhecimento nacional e internacional para seu programa de governo.

No entanto, devemos estar atentos, neste contexto, para as estratégias lançadas no sentido de garantir a hegemonia do capital, sobretudo, a partir da consumação de agroindústrias canavieiras no território, acarretando, assim inúmeras conseqüências do ponto de vista do trabalho, do meio ambiente, da economia e da sociedade em geral.

É em nome da superação do processo de estagnação econômica da região Oeste do estado de São Paulo, e, sobretudo do Pontal do Paranapanema, bem como do estímulo à produção dos combustíveis renováveis (o tão propagado etanol do momento), que as alianças entre latifundiários/grileiros, capitalistas e o Estado se revelam. É sob esta perspectiva, que capitalistas e latifundiários estão arrendando terras griladas e devolutas para plantarem cana-de-açúcar e, assim, legitimarem a posse das terras públicas em nome dos grileiros e se garantirem à frente dos negócios.

Nesse contexto visualizamos como desdobramentos, de um lado o desmonte do território de luta pela terra e pela Reforma Agrária nessa porção do estado (especialmente se não houver reação dos

¹⁰ Sobre este aspecto ver "A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP)" In.: Geografia em Atos.n.6, v.1, dez. de 2006.

movimentos sociais) e de outro lado, a retomada do poder político de classe da burguesia e do capital, que se renova a partir de algumas ações, e se fortalece a partir das alianças e da cooptação de assentados, que se vêem sem perspectiva de viabilização da produção na terra e, conseqüentemente de permanência nela.

Considerações Finais

Neste texto tentamos apresentar alguns aspectos do processo de territorialização da cana-de-açúcar e das unidades produtivas de açúcar e álcool no Pontal do Paranapanema e na Alta Paulista.

Neste sentido chamamos a atenção para o processo que viabiliza a efetivação de políticas públicas de cariz econômico com intuito de patrocinar o desenvolvimento de atividades produtivas altamente concentradoras de renda e terra, baseadas na exploração do trabalho e em estratégias de subordinação do trabalho ao capital no contexto da luta de classes, principalmente no atual momento quando o setor sucroalcooleiro vive um momento decisivo marcado por um novo ciclo do Proálcool no Brasil, no qual precisa investir para atender à demanda futura, principalmente de álcool combustível, que tem atraído à atenção de diferentes agentes em função da alta do petróleo e da necessidade de reduzir as emissões de gases poluentes.

Faz-se de fundamental importância aqui a defesa do desenvolvimento de estratégias políticas, econômicas e sociais que contemplem a classe trabalhadora do Oeste Paulista, uma vez que o panorama que se desenha aponta para a homogeneização da paisagem frente à ofensiva do capital agroindustrial canavieiro.

Em verdade, o processo que estamos analisando está mobilizando o que vem a ser, conforme Thomaz Jr., 2007a, “uma nova divisão do espaço produtivo e do mercado nacional e mundial do álcool, ou uma redivisão territorial do trabalho com amplitude global e conseqüências regionais de significativa monta”.

É preciso atentar para o fato de que a diversidade das relações sociais de produção e de trabalho na atualidade está sendo colocada em xeque, sem haver um posicionamento quanto à criação de alternativas viáveis de desenvolvimento sócio-territorial.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, J.R.N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A.M.S. A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP) In.: **Geografia em Atos**. Presidente Prudente: n.6, v.1, dez. de 2006.

ANTONIO, A. P. A cultura da cana-de-açúcar na região de Presidente Prudente e suas implicações ecológicas. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, n.2. 1981.

ANTONIO, A. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado**: Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960- 1990. São Paulo: FFLCH/USP, 1990. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

ANTONIO, A. P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, n.14, p. 70-76, 1992.

BRAY, S. C. **A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema**. São Paulo: FFLCH/USP, 1980. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.

BRAY, S. C.; F. E. RENTE; RUAS, D. **As políticas da agroindústria canvieira e o proálcool no Brasil**. Marília: Ed. UNESP, 2000.

FERNANDES, B. M. Agronegócio nas Américas: O mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In. **X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL)**, São Paulo, 2005.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente: {s.n.}, 1981. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, UNESP, 1981.

LEITE, J. F. Um retrato da região prudentina. **Caderno Prudentino de Geografia.** n. 3. Mesa Redonda. 1981.

MONTEIRO, A. V. V. M. **O processo de reprodução capitalista na agricultura da Alta Sorocabana: A implantação de destilaria e a mudança das relações de trabalho.** (DISSERTAÇÃO). UNESP/Rio Claro, 1992.

MORAES, M. A. F. D. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil.** Americana: Caminho Editorial, 2000.

NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990:** O caso do setor sucroalcooleiro. (DISSERTAÇÃO). UFSCAR: São Carlos, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre,** São Paulo, v. 02, n. 21, 2003.

RUAS, D. G. G. **O processo da concentração das unidades industriais sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970-1992.** Rio Claro: Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista, 1996.

THOMAZ JR., A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia.** Porto Alegre, n.24, p.31-42, 1998.

THOMAZ JR., A. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana.** São Paulo/FAPESP, 2002.

_____. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada,** Presidente Prudente, v.5, nºs 1 e 2, 2004.

_____. “Leitura” Geográfica da Práxis Social do Trabalho. **Abalar,** Santiago de Compostela, n.5, 2005.

_____. Se camponês, se Operário! Limite e Perspectivas para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., **Geografia e Trabalho no Século XXI.** Vol. II. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006.

_____. Agronegócio *alcoolidado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. **Anais:** III Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais. **Anais:** Feagri/Unicamp, Campinas, 2007a. (versão resumida).

_____. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. IX Colóquio de Geocrítica. **Anais.** Porto Alegre, 2007c. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm> (versão resumida).

_____. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de *Heróis!* (A *Civilização* da Barbárie na Agroindústria Canavieira). Presidente Prudente, **Pegada,** V.8, N.2, 2007.